

## **Número de mulheres cabeças-de-lista nas provinciais demonstra desequilíbrio de género**

**Apesar dos três partidos políticos com representação parlamentar terem incluído mulheres como cabeças-de-lista para as eleições provinciais no dia 15 de Outubro, o que abre a possibilidade de se tornarem governadoras, caso a lista do partido a que fazem parte seja a mais votada ao nível da respectiva província, a Academia Política da Mulher (APM), uma iniciativa do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), considera que proporção de mulheres cabeças-de-lista ao nível dos três partidos com representação parlamentar ainda não é satisfatória.**

De um total de 30 cabeças-de-lista, apenas cinco são mulheres (FRELIMO três, RENAMO uma e MDM uma), o que representa 17 por cento. Para a academia, estes dados são preocupantes, pois reduzem a possibilidade de no final do processo eleitoral se alcançar em metas desejáveis de paridade (50/50) na eleição de governadoras provinciais que actualmente são apenas três, num universo de onze, representando apenas 27,27 por cento.

A academia política considera o modelo de eleição por via de cabeçade-lista como sendo desafiante, ao mesmo tempo que pode constituir uma oportunidade para um incremento de mulheres a ocupar o cargo de governadora provincial, pois, face ao número de mulheres cabeças-de-lista são levantados dois possíveis cenários. “O melhor cenário possível seria ter três ou quatro mulheres eleitas, o que vai representar um progresso dos actuais 27,27 por cento, para 30 ou 40 por cento de mulheres governadoras.

E o pior cenário possível será nenhuma ou até duas mulheres serem eleitas, o que vai representar um retrocesso, pois, implicará um decréscimo em relação aos actuais 27,27 por cento de mulheres governadoras. Neste caso o país passaria para 20 por cento ou menos de mulheres governadoras”, pode se ler no comunicado.

A efectivação de qualquer dos cenários vai depender dos votos dos eleitores no dia 15 de Outubro, entretanto, ainda que se efective o melhor cenário, é facto que o país ainda vai estar num contraste com todas as estatísticas nacionais em termos de número de mulheres. Por exemplo, o recenseamento geral da população 2017 indica que existem 14,561,352 mulheres, correspondente a 52 por cento.

Da mesma forma, o recenseamento eleitoral decorrido em 2018 e 2019, indica que as mulheres representam a maior parte da população eleitora, sendo 6,910,383, correspondente a 53 por cento do total de potenciais eleitores inscritos.

Para a Academia Política da Mulher, estes resultados reflectem as barreiras de participação que as mulheres enfrentam dentro dos partidos políticos, sendo estes, o principal veículo para o alcance do poder político em Moçambique.

Evidenciam também, que o espaço político em Moçambique continua a ser definido e organizado segundo regras e valores masculinos, sendo o homem quem domina a arena política, formula as regras do jogo político e definem os padrões da política

**Ponto Certo; 05.08.2019; pág. 02; Ed. 2873**